



A MATRIZ PARANOICA DO EU EM LACAN

Rubens Dódoro Ferreira Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9014-8321>.

E-mail: diodoro.psi@gmail.com.

Gessé Duque Ferreira de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1892-2412>.

Resumo: O presente ensaio objetiva demonstrar, através da obra de Jacques Lacan, como o Eu, enquanto unidade psíquica generalista marcada pela alienação e rivalidade, comporta uma dinâmica permeada por uma relação de similitude com os fenômenos presentes na psicose paranoica. Com este fim, buscou-se localizar a paranoia historicamente, bem como na obra freudiana, para então salientar a matriz paranoica do processo de constituição do Eu em Lacan. Trata-se, com isso, de uma tentativa de evidenciar o fundo paranoico em jogo no interior de todo funcionamento dito normal.

Palavras-chave: Eu. Paranoia. Alienação. Lacan. Psicanálise.

THE PARANOIC MATRIX OF THE SELF IN LACAN

Abstract: This essay aims to demonstrate, through the work of Jacques Lacan, how the Self, as a generalist psychic unit marked by alienation and rivalry, has a dynamic permeated by a relationship of similarity with the phenomena present in paranoid psychosis. To this end, we sought to locate paranoia historically, as well as in Freud's work, to then highlight the paranoid matrix of the process of constitution of the Self in Lacan. It is, therefore, an attempt to highlight the paranoid background at play within all so-called normal functioning.

Keywords: Self. Paranoia. Alienation. Lacan. Psychoanalysis.

Introdução

Desde seus primórdios na psiquiatria ocidental do século XIX até as atuais descrições acerca do transtorno delirante (forma assumida pela psicose paranoica no atual DSM-V), a

construção diagnóstica da paranoia resguarda o caráter essencial da presença de delírios esquematizados em conjunto com relativa ausência de degradação intelectual.

A manutenção de tal descrição, que preserva a inteligibilidade e cognição do paranoico e, por consequência, a possibilidade de sua integração em modos normatizados de vida parece ter sido de fundamental importância para alguns teóricos da psicanálise, em especial para Lacan, que ainda durante a formação médica publicou sua tese de doutorado intitulada “Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade” (LACAN, 1932/1987). Mas se a paranoia foi para ele o ponto de partida de uma relação com a psicose que só findaria com o seu falecimento e o consequente encerramento de seu ensino, isto se deve ao fato de ela ter lhe permitido desvelar a matriz normativa na qual o fenômeno paranoico se sustenta.

Tal empreitada, como recorda Safatle (2018), só foi possível a partir da estratégia lacaniana de jogar luz sobre a relevância da “história vivida do sujeito” na sistematização do delírio. Pois, inconformado com a redutibilidade da doença mental a uma suposta causalidade orgânica preconizada por certa corrente da medicina psiquiátrica do século XX, o ainda jovem Lacan chegou à conclusão de que a paranoia concerne a um problema evolutivo da personalidade.

Esta inferência teve efeitos decisivos em seu percurso teórico, na medida em que apontava para o fato de que a paranoia encontra suas bases de sustentação em padrões normativos de racionalidade e desenvolvimento, ou seja, modos prescritos e relativamente esperados de socialização que não são somente típicos de uma construção supostamente “normal” da personalidade, mas parte intransponível do próprio processo de sua constituição. Não por acaso, Lacan chegará mesmo a dizer, em sua tese sobre a paranoia, que “a economia do patológico parece assim calcada sobre a estrutura normal” (LACAN, 1932/1987, p. 46).

Nesse sentido, este trabalho objetiva evidenciar como os esforços de Lacan em ressaltar o fundo de “normalidade” presentes na paranoia e no desenvolvimento de seus delírios esquematizados permitem igualmente a confirmação de seu avesso, a saber, que há uma matriz paranoica destacada pelo típico funcionamento de toda personalidade, o que fora reforçado pelo psicanalista em uma conhecida passagem do seminário 23, no qual, ao tratar da ausência de uma nova edição de sua tese de doutorado, postula: “se por muito tempo resisti que ela fosse novamente publicada foi simplesmente porque a psicose paranoica e a personalidade não têm,

como tais, relação, pela simples razão de que são a mesma coisa” (LACAN, 1975-1976/2007, p. 52).

Para tanto, abordaremos de forma sucinta a história da paranoia na medicina psiquiátrica a fim de demonstrar o desenvolvimento desta categoria clínica desde as paradigmáticas elaborações kraepelinianas até a sua atual classificação no DSM-V. Após, exporemos o percurso teórico e clínico freudiano no que diz respeito à psicose paranoica e seus mecanismos de defesa, partindo de suas produções relativas ao tema que correspondem ao período pré-psicanalítico e atravessando as célebres análises referentes ao caso Schreber. Por fim, discutiremos a relação entre o Eu, enquanto unidade psíquica generalista, e os fenômenos presentes na paranoia a partir da obra lacaniana.

A paranoia na psiquiatria: de Kraepelin a Freud

De meados do século XIX até o início do século XX, a paranoia ocupou um lugar de destaque no interior do debate psiquiátrico. Alvo de intensa discordância entre os médicos, tal diagnóstico era comumente utilizado para se referir a um conjunto diverso e heterogêneo de enfermidades. Foi, sobretudo, a partir das considerações de Kraepelin, psiquiatra alemão que almejava dirimir a confusão que havia se instalado na psiquiatria europeia em torno do diagnóstico da paranoia, que a expressão se consolidou como referência abrangente a uma modalidade de loucura que dispunha de manifestações delirantes sistematizadas (ODA, 2010).

Em um primeiro momento, Kraepelin abrigou a paranoia sob a égide do que se convencionou denominar “demência precoce”, uma entidade clínica na qual se reuniam, além da paranoia, a hebefrenia e a catatonia, e que se caracterizava pela invariável deterioração progressiva da personalidade. Contudo, a partir do diálogo com a psiquiatria francesa, cujas análises gerais postulavam um tipo de delírio crônico e sistematizado capaz de coexistir sem prejuízos à personalidade, o psiquiatra publicou a oitava edição do Tratado de Psiquiatria, no qual a paranoia, com sua manifestação delirante que resguarda a volição e a consciência, fora diferenciada da demência precoce (PEREIRA, 2001).

Na psiquiatria contemporânea, por sua vez, a paranoia encontra-se em permanente descaracterização desde a publicação da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III), que inaugurou uma cisão fundamental com a influência psicanalítica das edições anteriores. O que pode ser evidenciado pela definição constante no

DSM-IV da paranoia como um subtipo da esquizofrenia (esquizofrenia paranoide) e, mais atualmente, pelo DSM-V, no qual a paranoia dilui-se no interior das descrições psicopatológicas tanto como um transtorno delirante pertencente ao espectro da esquizofrenia quanto como um transtorno da personalidade (personalidade paranoide), sendo a principal característica diferencial entre ambos o fato de que o primeiro não prejudica o funcionamento de forma proeminente, ao passo que o segundo caracteriza-se pelo desvio acentuado das expectativas culturais, afetando diretamente o funcionamento laboral e social do enfermo.

O gritante interesse da psiquiatria ocidental do século XIX pela temática não passou despercebido pela pena de Freud que, antes mesmo de escrever em 1911 sobre o paradigmático caso Schreber – magistrado alemão cujas profícuas memórias do seu processo de adoecimento psíquico continuam a ser analisadas por psiquiatras e psicanalistas até os dias de hoje –, já havia tomado posições de valor clínico e teórico inestimáveis acerca da paranoia em, ao menos, quatro ocasiões, a saber, em algumas das suas correspondências direcionadas à Fliess e em alguns daqueles textos que compõem o conjunto do que se convencionou chamar de primeiras publicações psicanalíticas.

Desta forma, as produções teóricas freudianas acerca da paranoia podem ser divididas em dois momentos que, longe de significar a obsolescência do primeiro em detrimento do segundo, evidenciam um rigoroso trabalho de revisão à serviço da construção de uma teoria em constante renovação. O primeiro momento reúne o “Manuscrito K” (1896/2017) e o “Manuscrito H” (1895/2017), bem como os textos “As neuropsicoses de defesa” (1894/1996) e “Observações adicionais às neuropsicoses de defesa” (1896/1996). Com efeito, esse período parece ter sido fundamental por consolidar a paranoia no interior da nosologia psicanalítica como uma das categorias clínicas que compõem a estrutura psicótica.

Nessa fase inicial, mais engajado em realizar uma sistematização etiológica do que em descrever sua sintomatologia, Freud elenca a paranoia, ao lado da histeria e da neurose obsessiva, como um “[...] modo patológico de defesa” (1896/2017, p. 15) que, por sua vez, lança mão do delírio e possui um empuxo à projeção daquelas representações impossíveis de serem harmonizadas com a unidade sintética do Eu.

Em linhas gerais, para Freud (1896/2017) – que neste momento utiliza o termo recalque de maneira indiscriminada para se referir aos mecanismos de defesa presentes na psicose e na neurose –, tudo se passa como se no paranoico vigorasse um tipo de reprimenda de

determinados conteúdos, os quais, sendo recalçados em decorrência da sua incompatibilidade com o Eu, são projetados no exterior sem alteração. Isto porque, como aponta Guerra (2020, p. 153), na perspectiva dessa incipiente teorização freudiana acerca da paranoia, “o paranoico não acredita nas acusações contra ele, no que o habita. Ele se recusa em responder pela implicação”, de modo que tal acento dado por Freud ao mecanismo de projeção na paranoia deva-se ao fato de o psicanalista trabalhar com a ideia de que o delírio se tratava do retorno de um conteúdo potencialmente traumático e desprazeroso que, vindo de fora, permitiria ao Eu tomar um distanciamento “seguro” em suas tentativas de assimilá-lo.

O segundo momento, inaugurado pela publicação do caso Schreber, apresenta um Freud (1911/2010) que assume uma nova modalidade de análise do mecanismo de defesa da paranoia a partir da leitura dos fragmentos de memória deste juiz acometido por um agudo sofrimento psíquico. O delírio, deste trabalho em diante, não mais será entendido como o retorno sem alteração de um conteúdo excessivo e, por isso, traumático, mas como rechaço a uma tendência homossexual que, inconcebível para o Eu, surge sob a forma de uma negação cujo ordenamento será decisivo na delimitação do tipo do delírio vivenciado pelo sujeito (persecutório, erotômano, ciumento ou de grandeza). Como exemplo, o amor homossexual pelo outro, negado intimamente pelo crivo do Eu, seria percebido como ódio do outro direcionado ao sujeito, de modo que aquilo que antes era o objeto de amor se transformaria em perseguidor.

Neste caso, cabe o alerta de Safatle (2011) sobre os riscos de tomarmos tal elaboração freudiana ao pé da letra e corroborarmos com uma compreensão apressada e reducionista acerca de uma relação direta entre a psicose e a homossexualidade. O autor reitera que se trata, no texto freudiano, de uma referência preliminar à certa incapacidade psicótica (que será melhor esmiuçada por Lacan) de operar uma mediação simbólica entre os sistemas de identificação que compõe o Eu e os registros da alteridade em decorrência de uma fixação no estágio narcísico do desenvolvimento. Isto leva o filósofo a afirmar que:

[...] devido a tal fixação, todo reconhecimento de si em um outro aparece como a anulação catastrófica dos regimes de identidade que até então, sustentavam uma certa estabilidade pré-psicótica. O problema da defesa contra o homossexualismo é, no fundo, modo freudiano de dizer que, na psicose paranoica, todo reconhecimento de si em um outro é vivenciado de maneira ameaçadora e muito invasiva, o que coloca uma personalidade formada a partir da internalização de identificações em rota contínua de colapso (SAFATLE, 2011, p. 7).

Assim, a análise dos sintomas paranoicos de Schreber inaugura também uma expressiva virada no que tange ao entendimento acerca do mecanismo projetivo que fundamentava as teorizações freudianas acerca da paranoia até aquele momento. Isto porque, antes da publicação do caso Schreber em 1911, a projeção era tratada como um recurso paranoico que visava expulsar para fora aqueles conteúdos autoacusatórios incompatíveis com o Eu, de tal maneira que eles retornassem na forma de acusações exteriores realizadas por terceiros. Enquanto no segundo momento, a partir do seu entendimento absolutamente disruptivo que retirava de cena o caráter patológico do delírio ao tomá-lo enquanto processo de reconstrução e tentativa de auto tratamento, Freud parece dar-se conta de que a paranoia se refere menos ao rechaço de uma parte da realidade cujo conteúdo manifesta-se conflitante com o Eu do que a uma não inscrição estrutural de certa capacidade de diferenciação sexual, qual seja, a mediação simbólica que permite que o sujeito estabeleça relações de troca com o registro da alteridade (GUERRA, 2020).

Este giro teórico será formalizado pela célebre passagem na qual afirma não ter sido “correto dizer que a sensação interiormente suprimida é projetada para fora; vemos, isto sim, que aquilo interiormente cancelado retorna a partir de fora” (FREUD, 1911/2010, p. 95). O paranoico é, portanto, como apontam Franco *et al* (2018), alguém que, diante da incapacidade estrutural de admitir a contraditoriedade constitutiva de seu processo de individuação, encara toda manifestação de alteridade como um golpe direcionado à coerência do seu Eu, de tal forma a reagir com um impulso que visa a eliminação do diferente. De modo que podemos afirmar que a paranoia se caracteriza, desde Freud, como uma categoria clínica que comporta um desconhecimento fundamental que se manifesta a partir da consolidação de uma certeza pouco suscetível à influência, isto é, a própria crença delirante.

Lacan e a matriz paranoica do Eu

É sabido desde o texto freudiano sobre o narcisismo que o Eu não é uma unidade inata ao sujeito, mas passa por um processo de desenvolvimento que tem seus primórdios no autoerotismo infantil, dado que, como afirma Freud (1914/2010, p. 18): “uma unidade comparável ao Eu não existe desde o começo no indivíduo; o Eu tem que ser desenvolvido”.

Disto decorre que Lacan tenha dedicado parte considerável da sua trajetória intelectual a investigar exatamente os percalços que, no interior desta formação narcísica da personalidade

(ou do Eu), seriam decisivos para a estruturação psicótica. As descobertas resultantes desta empreitada, como veremos, desde os primórdios de suas elaborações teóricas, acusam para o caráter profundamente alienante do processo de individuação.

Tal como já fora citado, o psicanalista francês dá seus primeiros passos em direção à psicanálise ainda durante a sua formação médica, mais precisamente na elaboração de sua tese de doutorado acerca das relações entre a psicose paranoica e a personalidade. Este trabalho, fundamentado em uma rigorosa análise acerca das distinções entre normal e patológico na medicina psiquiátrica, bem como numa concepção que facultava o progresso da doença mental a um problema concernente ao processo de constituição sócio-histórica da personalidade, ao apontar para a relevância da narrativa de vida do sujeito na estruturação dos fenômenos psicóticos, visava emancipar a psicose paranoica do biologismo que predominava na psiquiatria do século XX e evidenciar o fundo psicogenético da doença.

Mas quais as implicações de tomar a psicogênese como núcleo da compreensão causal das doenças mentais? Como sugere Safatle (2018, p. 22), isso significou para Lacan a possibilidade de indicar para a comunidade psiquiátrica que “o verdadeiro paralelismo a ser procurado pela clínica não fosse exatamente entre o mental e o orgânico, mas entre o mental e o social”. Trata-se, portanto, de uma investida lacaniana que incipientemente coaduna com aquelas elaborações freudianas que, ao menos desde “Moral sexual cultural e doença nervosa moderna” (FREUD, 1908/2020) e mais proeminentemente com “O mal-estar na cultura” (FREUD, 1930/2020), explicitam as profundas relações entre sofrimento psíquico e os enquadramentos sociais de uma determinada época

De fato, a importância dada por Lacan aos desdobramentos do social na estruturação da sintomatologia psicótica em sua tese de doutorado talvez possa ser considerada o preâmbulo daquilo que ele viria posteriormente desvelar em seu texto “O estágio do espelho como formador da função do Eu” (1949/1998) – a saber, o fato de o processo de constituição da personalidade se consolidar a partir de sistemas identificatórios que, em última instância, resultam em uma alienação do sujeito para fora de si.

Basta lembrarmos como, segundo o estágio do espelho lacaniano, o processo de individuação tem sua representação mais significativa na cena do bebê que, diante do espelho, atesta um desconcerto entre sua experiência corporal – vivenciada de forma fragmentada e desprovida de coordenação motora –, e a potência de seu reflexo, ereto e unificado. A partir

disso é provocado a antecipar o controle sobre sua unidade corporal através da identificação com a imagem refletida e sua confirmação simbólica por aqueles que exercem a função de cuidadores.

Uma descrição como essa implica em afirmar que o ato inaugural do Eu repousa sob uma conformação a um tipo ideal (a imagem refletida) que induz o desenvolvimento a partir da inscrição do bebê numa rede simbólica que é-lhe anterior e exterior. Isto porque, identificar-se significa, em larga escala, operar a partir da internalização de ideais normativos que se configuram como referência organizadora para as modalidades de interação consigo mesmo, com os outros e com o mundo ao redor. De tal forma que o Eu seja fundamentalmente, desde sua constituição, núcleo de desconhecimento e alienação, haja vista que fundado a partir da identificação com uma imagem que vem de fora e é-lhe proporcionada por um Outro, aqui entendido não somente como o cuidador, mas também como o enquadramento social e cultural que proverá à criança as referências que orientarão sua experiência subjetiva (SAFATLE, 2018).

A leitura do processo de individuação enquanto conformação a modos ideais de conduta e interação é o que permite a Lacan postular, ainda no começo de seu ensino, no seminário sobre as psicoses, que

O eu humano é o outro, e [...] no começo o sujeito está mais próximo da forma do outro do que do surgimento de sua própria tendência. [...] O sujeito humano desejante se constitui em torno de um centro que é o outro na medida em que ele lhe dá a sua unidade, e o primeiro acesso que ele tem do objeto, é o objeto enquanto objeto do desejo do outro. [...] Ele só interessa enquanto objeto do desejo do outro. (LACAN, 1955-1956/1988, p. 52).

Daí porque o psicanalista insistirá em apontar, em momentos distintos de sua obra, para uma similitude entre o núcleo de desconhecimento e alienação do Eu e o funcionamento paranoico, o que se deve justamente ao fato de ambos se fiarem na identificação a um tipo ideal a título de consolidação do “si mesmo” enquanto unidade sintética e coesa. Tal inferência que definitivamente não é sem efeitos para a clínica, considerando que tanto o paranoico quanto o neurótico compartilham uma tendência à retaliação de toda alteridade capaz de acusar a contradição inerente à sua própria constituição. Característica que levará Lacan a debruçar-se sobre a agressividade como uma tendência que, entre outras coisas, permite ao sujeito projetar no exterior aqueles traços incompatíveis com um Eu semelhante a si mesmo. (FRANCO *et al.*, 2018).

Que o Eu seja fundado a partir de uma alienação, sendo, portanto, simultaneamente núcleo de desconhecimento e constante rivalidade com o próximo, cujo desejo lhe oferece as coordenadas do seu próprio, também é o que permitirá a Lacan (1955-1956/1988, p. 208) relacionar, no seminário sobre as psicoses, o conhecimento humano geral à paranoia ao dizer que “o domínio do conhecimento é fundamentalmente inserido na primitiva dialética paranoica da identificação com o semelhante”. O que Miller virá a reiterar anos mais tarde, ao falar numa “relação fundamentalmente paranoica do homem com seu desejo” (MILLER, 1988, p. 20).

Acontece que, se nos permitirmos ir mais além desta relação marcada pelo rechaço à alteridade comum presente, em diferentes graus, tanto na neurose quanto na psicose paranoica, perceberemos que não se esgota aí a extensão da articulação entre o conhecimento humano e a paranoia. Para melhor desenvolvermos esse ponto, tenhamos em mente: primeiro, os padrões normativos de racionalidade e desenvolvimento que fundamentam a paranoia tal como foi devidamente desvelado pela tese de doutorado do juvenil Lacan; segundo, como a paranoia se caracteriza, desde os primórdios da psiquiatria ocidental, como uma doença mental que, apesar da emergência de delírios sistematizados, mantém relativamente intacta a estrutura formal do raciocínio e do pensamento.

A partir de tais pressupostos, podemos, então, nos lançarmos a uma observação crítica do fenômeno delirante presente na paranoia. De acordo com Safatle (2011), o delírio paranoico é marcado por uma racionalidade na qual impera um “vício da fundamentação”, vício que implicaria no reconhecimento de uma relação causal inerente a todas as coisas, de modo que nada aconteceria sem que houvesse uma causa específica. Assim, tudo se passaria no delírio paranoico como se nenhum acontecimento pudesse ser desprovido de uma fundamentação que não raramente é integrada a uma cadeia de significações que acabam por desembocar no próprio sujeito paranoico (delírios de referência, perseguição, grandeza, traição).

Isto posto, o paranoico configura-se, em larga medida, como autorreferência indissociável do processo de apreensão da realidade de tal forma que todo acontecimento a princípio inovador deva ser associado a uma experiência previamente conhecida e referida ao sujeito. Continua Safatle (2011, p. 9):

[...] um dos traços fundamentais da paranoia, traço que fornece a base de sua certeza delirante e da incorrigibilidade de seus julgamentos está vinculado à naturalização das estruturas e dos quadros narrativos de organização da experiência. Não é possível ao sujeito tomar distância de suas próprias construções, retificando criticamente suas pretensões a partir dos acasos e contingências da experiência, desconfiando de sua

sistematicidade e de sua exigência absoluta de sentido e ligação, pois tais construções foram naturalizadas.

Ora, mas não é a este mesmo fim que se dedica o Eu desde Freud (1923/2011, p. 14), a saber, sintetizar a experiência da realidade externa a partir de certa “organização coerente dos processos psíquicos”? E, de forma mais radical, não é isso que levará Lacan (2017), quase no fim de sua vida, a afirmar que “não há um paciente nosso que não seja um aluno de Aristóteles”?¹ Devidamente ciente do risco de está-lo fazendo rápido demais, tentemos focar nosso último esforço em compreender o que o psicanalista queria dizer com essa fala.

É sabido que Lacan mantinha uma relação de proximidade com as teorias deste que se estabeleceu como um dos maiores filósofos gregos; basta ver as diversas referências a ele desde o seminário 3 e, de forma mais direta, as problematizações acerca da ética da psicanálise realizadas no seminário 7. Contudo, na ocasião da fala que nos interessa, o francês se referia à tendência dos analisandos em usar silogismos, o que ele chama de “aristotelizar” e que se inscreveria na tentativa de aplicar o universal como matriz para o conhecimento particular. Um silogismo, por seu turno, se trata de um processo lógico de argumentação que parte da dedução (*syllogismos*) e que se caracteriza por ligar duas afirmações das quais se infere uma terceira conclusiva. É resumido por Santos (1995, p. 13) como “um discurso no qual, sendo assumidas certas coisas, alguma coisa diferente delas resulta necessariamente do fato de elas serem tais”. Um exemplo de silogismo simples seria: todo homem é mortal; eu sou um homem, portanto, eu sou mortal.

Não deixa de ser interessante notar como tal racionalidade pautada na dedução e sustentada pela aplicação na experiência particular de premissas universais – e que Lacan atribui a todos os analisantes – parece estar na base daquilo que, na paranoia, Safatle (2011, p. 223) denominou “exigência absoluta de sentido e ligação”. A mesma lógica parece encontrar-se, em alguma medida, presente nas modalidades de negação da fantasia homossexual propostas por Freud (1911) e responsáveis por estruturar a forma do delírio a ser manifestado na paranoia². Lembremos, por exemplo, como o delírio de perseguição seria calcado numa dupla proposição das quais se deduz uma conclusão: eu (um homem) o amo – eu não o amo (porque ele é homem)

¹ O texto, referente a uma conferência realizada por Lacan na ocasião de um Colóquio do 23º centenário de Aristóteles organizado pela UNESCO, encontra-se disponível na íntegra, em francês, em: <https://www.cairn.info/revue-la-cause-du-desir-2017-3-page-7.htm>

² O próprio Freud já havia correlacionado a produção silogística ao funcionamento paranoico anos antes. Cf. Freud, 1895/2017, p. 18.

– (portanto) eu o odeio; posteriormente transformada em: eu não o amo – eu o odeio – (porque) ele me persegue.

Nesse sentido, se desejarmos levar às últimas consequências o enunciado lacaniano, podemos afirmar que não somente todo analisando é aluno de Aristóteles, mas o próprio Eu é fundamentalmente aristotélico. Dado que, da mesma forma que o filósofo grego acreditava que a experiência da realidade refletia as coisas tais como elas são, de modo que o ser se refira concretamente àquilo “que uma coisa é, ou, uma essência” (CASTRO, 2020, p. 6) e por isso possa ser tomado invariavelmente como sendo isto ou aquilo no nível da realidade, o Eu, enquanto lugar por excelência das relações imaginárias é o que permite que o sujeito, como se crente numa essência inata a si mesmo, possa afirmar “Eu sou isto ou aquilo” de modo a objetivar-se nesta certeza.

Tal tendência do Eu em alienar-se na experiência objetiva da realidade é exatamente o que fundamenta a relação imaginária explicitada pelo esquema L de Lacan e composta pelos elementos $a - a'$, a saber, o eu e o outro empírico. De fato, o psicanalista parece tratar exatamente disso na passagem do seminário sobre as psicoses em que, não sem uma já conhecida pitada de humor e crítica à psicologia do Ego norte-americana, bem como aparentemente lançando mão de um fragmento clínico, diz:

Refleta no *Eu sou* do *Eu sou aquele que sou*. É justamente aí o que constitui o caráter problemático da relação com o outro na tradição que é a nossa. [...] Àquele que diz *Eu sou aquele que sou*, ficamos impossibilitados de responder. Que somos nós para poder responder a *aquele que sou*? Ficamos apenas demasiado incertos. Um estouvado – na verdade chegam até nós muitos bandos de estorninhos estouvados, do outro lado do Atlântico – que encontrei recentemente me afirmava – *Mas enfim, suceda o que suceder, eu sou eu!* Isso lhe parecia a certeza última. Asseguro-lhes que eu não o havia provocado, e que não estava ali para fazer propaganda antipsicológica. (LACAN, 1955-1956/1988 p. 333, grifo do autor)³.

Não por acaso, no interior de uma experiência analítica, o Eu seria “o centro de todas as resistências ao tratamento dos sintomas” (LACAN, 1948/1998 p. 120), donde decorreria a insistência lacaniana em reafirmar a importância do analista estar bem posicionado no registro

³ Vale ressaltar que tal passagem se encontra alguns parágrafos após Lacan tratar sobre a noção aristotélica de Deus, “a esfera que no mundo não mexe” (1955-1956/1988, p. 332) justamente por ser o motor, isto é, causa de movimento de todas as coisas do mundo. De modo geral, o que Lacan busca afirmar é que são os esforços do Eu em tornar-se unidade coerente e semelhante a si mesma que permite que nós afirmemos “Eu sou eu”, assim como Aristóteles afirmava que o ser, por ser substância, é necessariamente isto ou aquilo, tal como fenomenologicamente verificado. Uma articulação mais aprofundada entre a ontologia aristotélica e a psicanálise lacaniana pode ser encontrada em Goldenberg (2018).

simbólico, visto que, se o analisando é aristotélico e tende a tomar imaginariamente a verdade como inerente às coisas mesmas, ao menos o psicanalista não deve sê-lo. Por isto subsistia a crítica de Lacan a uma intervenção tal como a de Ernst Kris que, em defesa da realidade, pôs-se a ler um livro apontado pelo seu analisando (cujo sintoma o levava a crer que tinha plagiado) somente para confirmar a originalidade da obra escrita por ele⁴.

Para Lacan, esta dinâmica de nuclear desconhecimento que permite ao sujeito afirmar-se como um “Eu” coaduna com o funcionamento paranoico na medida em que, constituindo-se imaginariamente a partir da identificação a um modelo uniforme, cada um a seu modo, exime-se de lidar com elementos que façam referência à alteridade que se encontra na base de seu processo constitutivo.

Rechaçar a alteridade é, portanto, processo comum tanto ao Eu enquanto unidade psíquica, quanto à psicose paranoica, isto porque, por partilharem o mesmo processo de formação, em ambos os casos todo elemento que remeta à diferença é tomado não só como invasivo, mas como potencialmente capaz de desintegrar sua ilusão de coerência e autossimilaridade. Tudo se desenrola como se o funcionamento normal (e em certa medida até socialmente esperado) perpetuasse uma espécie de paranoia generalizada que se justifica, como vimos, na fragilidade estrutural do Eu, incansavelmente ocupado em negar o fato de que é produto de uma série de identificações a outros que outrora foram elevados a modelo ideal.

Conclusão

As articulações aqui expostas referem-se menos à crença de que o Eu, enquanto unidade psíquica generalista, e a categoria clínica da paranoica se tratam de um mesmo fenômeno do que uma retomada dos desenvolvimentos presentes naquela que já fora considerada a última grande obra nosológica da psiquiatria (GUERRA, 2010), a saber, a tese lacaniana acerca da paranoia em suas relações com a personalidade.

Se não ousamos tecer uma similitude absoluta entre o Eu e a paranoia, isso se deve ao fato de estarmos cientes de como a teorização do Nome-do-Pai em Lacan se deu

⁴ Trata-se do caso do homem dos “miolos frescos”, retomado em pontos diversos da obra lacaniana. O que se quer afirmar aqui é que Ernst Kris trabalha a partir de um tipo de conhecimento comum (no sentido de praticado de forma generalista por todos nós) que não só é o mesmo postulado por Aristóteles na sua investigação acerca da substância enquanto coisa concreta, como também é manifestação direta do caráter alienante do Eu que tende a tomar as imagens como reflexo das coisas mesmas. Tal engodo, contudo, é indispensável para a manutenção das relações. Não por acaso Lacan tomará a relação imaginária como “central para a relação inter-humana” (1955-1956/1988, p. 113).

primordialmente como uma forma de responder àquilo que desde Freud, por caracterizar-se como uma não-inscrição fundamental, impossibilita o paranoico de operar certa mediação simbólica e retorna desde fora através do delírio. Ademais, sabemos como tal mediação, apesar de tão cara para o neurótico – em larga escala, porque o núcleo paranoico do Eu ocupa-se de nada querer saber da dialética identificatória que marca sua origem –, ainda assim continua disponível para ele.

Nesse sentido, as articulações entre o Eu e a psicose paranoica mobilizadas neste trabalho configuram-se como evidências do fundo paranoico em jogo em nosso funcionamento socialmente partilhado e amplamente reconhecido como normal, e que não deixa de ser, por isso, menos problemático.

Cabe ressaltar que os esforços aqui empreendidos na tentativa de explicitar a normatividade presente no desenvolvimento paranoico coadunam com certa tradição da teoria crítica de ontem e hoje que insiste em apontar uma espécie de difusão de mecanismos típicos da paranoia na racionalidade contemporânea. Isto porque, como vimos, calcada numa fragilidade estrutural que coloca em movimento uma função constante de desconhecimento, ilusão de integridade e rechaçamento da alteridade, a paranoia parece antecipar fenômenos sociais que há muito descrevem determinados modos de vida gravados sob a luz da razão moderna, tais quais as formações políticas totalitárias e os discursos segregacionistas. Desta feita, a relação entre a normatividade dita paranoica e estes fenômenos, tão em voga na atualidade, restam como uma questão de notável relevância e que merece reflexões a serem abordadas em pesquisas futuras.

Referências

ALBERTI, S. Os paranoicos e a psicose. In: QUINET, A. (Org.). **Na mira do outro: a paranoia e seus fenômenos**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2015.

CASTRO, P. O conceito de “substância” na metafísica e nas categorias de Aristóteles. **Conjectura: Filas. Educ.**, Caxias do Sul, v. 25, n. 020005, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/7007/pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021

FRANCO *et al.* Paranoia: clínica e crítica. In: SAFATLE, V.; DA SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (Org.). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S. A moral sexual “cultural” e a doença nervosa moderna (1908). In: FREUD, S. **Cultura, sociedade e religião: o mal-estar na cultura e outros escritos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, S. As neuropsicoses de defesa (1894). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. V. III.

FREUD, S. Introdução ao narcisismo (1914). In: FREUD, S. **Obras completas**, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Manuscrito H (Paranoia) (1895). In: FREUD, S. **Neurose, psicose, perversão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FREUD, S. Manuscrito K (As neuroses de defesa) (1896). In: FREUD, S. **Neurose, psicose, perversão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FREUD, S. Observações adicionais sobre neuropsicoses de defesa (1896). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. V. III.

FREUD, S. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoides) relatado em autobiografia (“o caso Schreber”, 1911). In: **Obras completas**, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“o caso Schreber”): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. O eu e o id (1923). In: FREUD, S. **Obras completas**. Volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. O mal-estar na cultura (1930). In: FREUD, S. **Cultura, sociedade e religião: o mal-estar na cultura e outros escritos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GOLDENBERG, R. **Desler Lacan**. São Paulo: Instituto Langage, 2018.

GUERRA, A. A paranoia como patologia do Outro. In: TEIXEIRA, A.; ROSA, M. (Org.). **Psicopatologia lacaniana: volume 2: nosologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GUERRA, A. **A psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACAN, J. **Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade seguido de Primeiros escritos sobre a paranoia** (1932). Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

LACAN, J. A agressividade em psicanálise (1948). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. Le Rêve D’Aristote: Conférence à l’unesco: Colloque pour le 23e centenaire d’Aristote. **La Cause du Désir**, v. 97, n. 3, p. 7-9, 2017. Doi: <https://doi.org/10.3917/lcdd.097.0007>.

LACAN, J. **O seminário, livro 3: as psicoses** (1955-1956). Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, J. **O seminário, livro 23: o sinthoma** (1975-1976). Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MILLER, J. A. **Percorso de Lacan: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

ODA, A. M. A paranoia em 1904 - uma etapa na construção nosológica de Emil Kraepelin. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 318-332, jun. 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142010000200012>.

PEREIRA, M. E. Kraepelin e a criação do conceito de “Demência precoce”. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 126-129, out./dez. 2001. Doi: <https://doi.org/10.1590/1415-47142001004011>.

SAFATLE, V. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SAFATLE, V. Paranoia como catástrofe social: sobre o problema da gênese de categorias clínicas. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, n. 2, p. 215-236, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732011000200012>.

SANTOS, R. **Categorias de Aristóteles**. Lisboa: Porto Editora, 1995.

Recebido em: 14/04/2022.

Aceito em: 30/11/2022.

POLÊM!CA

LABORÉ



Polêmica - Revista Eletrônica da Uerj - Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar

bloco D, sl.1001 • Tels.: +55 21 2334-4088 / 4087 • <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/index>
<http://www.labore.uerj.br> • laboreuerj@yahoo.com.br